



## HANNAH ARENDT E ARISTÓTELES: UM OLHAR SOBRE LIBERDADE

### HANNAH ARENDT AND ARISTOTLE: A LOOK ON FREEDOM

Giseli da Conceição Lima<sup>1</sup>  
Lamia Jorge Saadi Tosi<sup>2</sup>  
Pedro Geraldo Saadi Tosi<sup>3</sup>

#### Resumo

Esse artigo tem como objetivo compreender como Hannah Arendt interpreta os escritos de Aristóteles em sua obra *O que é Política?*. O enfoque aqui proposto são as noções de política e liberdade que Aristóteles e Hannah Arendt, constroem em relação aos princípios morais e em especial sobre a conduta do homem frente à política, tema esse que é recorrente até os dias atuais, notadamente no mundo ocidental, assumindo configuração de algo indispensável na contemporaneidade global. Ao debruçar sobre os escritos de Hannah Arendt e suas raízes fincadas no pensamento aristotélico é possível entender a singularidade de seu olhar, a partir da sociedade na qual a autora estava inserida. Apesar de viverem em tempos distintos, em contextos políticos e sociais muito diferentes, cada um dos autores exprimiram conceitos relacionados com a temporalidade e com a sociedade em que se inseriram.

**Palavras-chave:** Hannah Arendt; Liberdade; Aristóteles; Política.

#### Abstract

This article aims to understand how Hannah Arendt interprets the writings of Aristotle in his work *What is Politics?*. The focus here is the notion of politics and freedom that Aristotle and Hannah Arendt discuss in relation to moral principles and specially the conduct of man in face of politics, a matter that is recurrent to the present days, remarkable in the Western

---

<sup>1</sup> Mestranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí UFPI. **Autora para correspondência.** E-mail <[gizelilima@hotmail.com](mailto:gizelilima@hotmail.com)>.

<sup>2</sup> Mestre em História Social da Cultura pela Universidade Estadual Paulista UNESP. E-mail <[lamiajorgesaadi@yahoo.com.br](mailto:lamiajorgesaadi@yahoo.com.br)>.

<sup>3</sup> Doutor em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas UNICAMP – Atua no Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas da FCHS – campus de Franca da UNESP. E-mail <[pgtosi@uol.com.br](mailto:pgtosi@uol.com.br)>.

World, assuming the configuration of something indispensable in the global contemporaneity. By focusing on the writings of Hannah Arendt and her roots in Aristotelian thought it is possible to understand the uniqueness of her perspective from the society in which the author was inserted. Despite of living in different times, in very different political and social contexts, each of the authors expressed related to temporality and the society in which they were inserted.

**Keywords:** Hannah Arendt; Liberty; Aristotle; Politic.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo visa uma maior compreensão sobre a discussão entre os aspectos políticos antigos e modernos, partindo do conceito de liberdade aristotélica apropriado por Hannah Arendt e presente em sua obra *O que é Política?*. A questão central consiste em entender em que medida o pensamento aristotélico, presente na obra *O que é Política?*, permite compreender com mais propriedade os fundamentos do posicionamento de Arendt sobre as concepções de liberdade, tendo em vista as circunstâncias históricas vividas e as condições de produção de seus discursos. Ao investigar a leitura de Hannah Arendt sobre o pensamento aristotélico, é possível entender a singularidade de seu olhar, acerca da sociedade na qual a autora está inserida, bem como a importância de se perceber como os escritos antigos estão cada vez mais presentes no universo de pesquisa dos pensadores contemporâneos. Para tanto, vale ressaltar a relação entre política e liberdade no pensamento de Hannah Arendt, partindo da compreensão aristotélica na qual a liberdade é a razão de ser da política, sua condição necessária. Lembramos que é, também, para defender a dignidade enquanto condição suficiente do agir na política, que Hannah Arendt retoma as ideias de Aristóteles. Dessa forma a autora em questão volta seu olhar sobre a concepção de política como um produto da ação e do discurso que se relaciona com a liberdade. A política é interpretada como o local em que se constata um espaço entre o discurso e a ação.

Para Hannah Arendt a liberdade não se refere à interioridade, mas é na coletividade que a liberdade se constitui, ou seja, na sua prática. É no espaço da política que realmente os homens são e se apresentam. Sendo assim, a *polis* se constituía no espaço onde os fatos políticos acontecem, pois é aí que os cidadãos interagem. É a partir do princípio de isonomia que a ação e o discurso ganham forma em um espaço público e garantem a igualdade e a liberdade entre os cidadãos. Esse espaço de liberdade é o *lócus* onde a política se estabelece.

Liberdade e política, portanto, se associam ao agir dos cidadãos. A liberdade aqui pensada não se reporta à proclamada pela Revolução Francesa, ela não se constitui na liberdade de discurso, da ação e da política no âmbito de uma igualdade formal, antes, a liberdade e a política são atributos dos cidadãos. Em Aristóteles esses cidadãos são os patrícios e não os estrangeiros e os escravos.

A obra em destaque proporciona o encontro com o filosofar original da política baseada no pensamento de Aristóteles, que não permite esquivar mesmo quando é dada outra maneira de compreender a pergunta “o que é política?” (ARENDR, 2012) em *O que é Política?*. Estabelece que ela se baseia na pluralidade dos homens, ou seja, é tratada na convivência entre os diferentes. Para ela, os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, que podem se tornar e vir a ser corpos políticos, como por exemplo: na família, nas repartições, na própria sociedade, onde tentam ligar os semelhantes uns com os outros, ou então colocá-los uns contra os outros.

A autora também trata o tema do preconceito contra a política e como a mesma é vista preconceituosamente na atualidade, trazendo à tona questões filosóficas acerca da política em si e de seus conceitos, conduzindo a refletir imperativamente sobre a falta de conhecimento no que tange à coisa política, como por exemplo, a forma como alguns corrompem a outros através de seu poder. E até de alguns erros cometidos por indivíduos que “acham” ou “dizem” conhecer sobre política em seu vasto campo de conceituação e reflexão, mas que não conseguiram mergulhar nesse campo tão amplo e intimidador.

Na medida em que o foco de análise no presente artigo é a maneira pela qual a autora recebe e se apropria dos conceitos de liberdade na *polis* ateniense, apresentado por Aristóteles, é que se pode formular a compreensão de seu conceito de liberdade. Em primeiro lugar: analisar a concepção de liberdade na *Constituição de Atenas*, tendo em vista as circunstâncias históricas e condições de produção do pensamento aristotélico para observar como esse conceito é recebido e reescrito por Hannah Arendt. Em segundo lugar, compreender a centralidade da concepção de liberdade na obra *O que é política?*, bem como analisar as motivações que a instigaram a utilizar fontes históricas da antiguidade como instrumento útil ou como ponto de partida para pensar o presente.

## 1 Hannah Arendt e a concepção de liberdade em Aristóteles.

Se o que se busca é entender porque pensadores contemporâneos são instigados a fazerem uma releitura dos grandes clássicos da Grécia Antiga, com a intenção de adequá-los aos seus interesses presentes de conhecimento acerca de uma realidade operante, e se as obras antigas são utilizadas para afirmar pensamentos e reformular teses ou conceitos na busca por evidenciar que os novos saberes são alicerçados sobre essas leituras e interpretações; isso permite afirmar que os saberes sobre o passado são conhecimentos que geram poderes. Fazer uma análise sobre o conceito de liberdade e a maneira como os escritos de Aristóteles foram interpretados e apropriados por Arendt em meados do século XX é, de certa forma, conferir como a erudição sobre as coisas dos tempos são capazes de mobilizar poderes sobre o entendimento das coisas que os humanos fazem.

Hannah Arendt mantém uma relação direta com os textos de Aristóteles, sobretudo no que tange ao conceito de liberdade, ancorando-se na maneira como o autor expôs sua visão da política na *polis* grega em sua obra *Constituição de Atenas*. Arendt lê e expõe sua compreensão do original e propõe em *O que é Política?*, uma crítica sobre os conceitos de Aristóteles, baseada na sua forma de interpretação do texto, promovida por estudos de adaptação e, o que ocorreu, pode simplesmente revelar as apropriações promovidas pela autora. É esse o caminho pelo qual o presente estudo percorre. Nessa medida e para o propósito aqui tratado, Aristóteles torna-se importante pela obra *Constituição de Atenas*, porque ensina sobre o conceito de liberdade desenvolvido para os cidadãos manterem a organização e manutenção da *polis*.

A princípio pode-se pontuar que Aristóteles um dos mais importantes filósofos e pensadores do mundo grego viveu no período de 384 a.C. até 322 a.C. Seus escritos têm grande influência na educação e no pensamento ocidental contemporâneo. A cidade de Atenas no período que compreendia 367 ou 366 a.C. se destacava como o grande centro cultural e artístico da Grécia (VALLANDRO e BORNHEIM, 1987, p. 08). Aristóteles que era proveniente da Macedônia sentiu-se, assim como outros jovens de sua época, atraído pela intensa vida cultural da cidade que lhe acenava como uma oportunidade de prosseguir seus estudos. Então, ele seguiu para viver em Atenas a partir dos 17 anos. Naquela época existiam duas grandes instituições educacionais que disputavam a preferência dos jovens atenienses que tinham como principal interesse se preparar para exercer com êxito suas prerrogativas de

cidadão e ascender na vida pública. De um lado a academia de Isócrates, que seguia a trilha dos sofistas, onde se propunha desenvolver no educando a *aretê* política (palavra grega que significa adaptação perfeita, excelência, virtude), ou seja, “a virtude ou capacitação para lidar com os assuntos da *polis*, transmitindo aos jovens, a arte de emitir opiniões favoráveis sobre coisas úteis”. Contrariando os estudos de Isócrates, existia uma outra academia: a academia de Platão, onde este filósofo ensinava que a base para a ação política, como aliás para toda ação, deveria ser a investigação das coisas para além das ideias que as representavam. Diante desses dois caminhos Aristóteles ingressa na academia de Platão, tornando-se posteriormente seu discípulo. (VALLANDRO e BORNHEIM, 1987, p. 09).

Em Atenas, provavelmente no ano de 344 a.C., Aristóteles fundou a escola do Liceu que era voltada para os estudos das ciências naturais. Seus estudos eram baseados em experimentações para comprovar os fenômenos da natureza. E suas aulas eram realizadas em duas séries: de manhã tratava das que questões puramente teóricas e à tarde se dirigia a um público mais amplo e tratava das questões relativas ao dia a dia expostas de forma mais dialética do que demonstrativa. À época, a retórica era o método de apresentação dos argumentos comumente empregada com fins persuasivos. Já seus escritos filosóficos englobando campos que hoje denominamos de científicos e que eram destinados aos alunos do Liceu com finalidade de conduzir a uma apreciação ampla das coisas e deveriam ultrapassar os recursos do convencimento para conduzir a um estado de compreensão. Aristóteles valorizava a inteligência humana e considerava a sabedoria a única forma de se chegar à verdade e enxergava na concepção de política o meio organizacional para a *polis* Grega.

Com Aristóteles é possível perceber que a *polis* consubstanciava a condição essencial para a existência de uma boa vida. Nesse sentido, a *polis*, é o *lócus* privilegiado para o desenvolvimento da virtude dos seus cidadãos, e assim da sua felicidade, ou seja, para Aristóteles a *polis* é a organização humana mais completa, formada a partir de várias aldeias e que atinge o ponto máximo da autossuficiência. Em sua obra intitulada a *Política*, Aristóteles, ao voltar-se para esse aspecto da vida em sociedade, baseia-se em alguns elementos que compõem o Estado. Pode-se destacar como elementos principais da obra os seguintes: a população (famílias e cidadãos); o território (geografia ideal da cidade); a autoridade política (fins do poder e formas de governo, comparação e apreciação destes exames das causas que acarretam a ruína ou garantem sua conservação). Aristóteles considera que a política é a chave

norteadora de todo o seu sistema, pois contrariamente às tantas obras que se seguirão a sua, o autor não separa a política da moral, pois segundo ele:

Considerando que o homem tem pôr fim a felicidade, cuja plenitude está no pensamento puro, o homem só é ele mesmo na cidade. Esta é a sua condição de “animal Cívico”, e não apenas num constrangimento de fato que ele teria que sofrer. É uma situação bela, boa e desejável, apesar de sua “sequela” de confusões e de deveres incessantes e variados. Consequentemente, a ciência por excelência, no que se refere a vida humana, é a ciência da sociedade. “Não só há mais beleza no governo do Estado, que no governo de si mesmo, mas... tendo o homem sido feito para a vida social, a política é, relativamente a ética, uma ciência mestra, ciência arquitetônica. (ARISTÓTELES, 2010, p. 06)

O Estado ou *polis*, para Aristóteles é uma sociedade de pessoas semelhantes que devem conter o desejo de, juntas, levarem a melhor vida possível. Para ele a felicidade é o maior bem a ser alcançado pelo exercício da virtude. Contudo, o autor diz ser possível que alguns indivíduos participem das decisões da *polis* com mais relevância, outros com menos e outros com nada. E essa diversidade de categorias de indivíduos acabou por produzir necessariamente várias espécies de formas de governos, que são construídos segundo o gênero de vida e os meios que cada povo emprega para alcançar o bem-estar. Ao longo da obra Aristóteles vai descrevendo uma a uma as formas de governo, bem como mostrando exemplos de civilizações antigas onde estas foram se desenvolvendo.

Outro ponto importante a se destacar sobre o pensamento político de Aristóteles era que, para ele, era necessário, na composição da cidade, reunir pessoas que não pudessem passar umas sem as outras, como o macho e a fêmea para a geração de novos indivíduos que conservariam a espécie. Sob essa perspectiva era necessário que existissem na natureza dos indivíduos e que partisse de seus respectivos domínios íntimos: uns que fossem destinados ao comando e outros que se sujeitassem a ser comandados. Assim, na concepção de Aristóteles, a primeira sociedade natural se formaria, portanto, da dupla reunião do homem e da mulher, do senhor e do escravo. A sociedade que se formaria de várias aldeias era dada o nome de cidade, esta, deveria ter a função de bastar-se em si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência do homem, mas também para garantir-lhe o bem-estar.

Segundo Aristóteles, o Estado, ou sociedade política deve estabelecer relações com a cidade, uma vez que bastar-se a si mesmo é uma meta a que tende toda produção da natureza e é também o mais perfeito Estado. É, portanto, evidente que toda cidade que está na natureza produz o homem que é naturalmente feito para a sociedade política. É necessário ressaltar que Aristóteles, ao escrever a *Constituição de Atenas* é contemporâneo a um período onde a

*polis* ateniense viveu um momento de grande crise, pois como é colocado por Mossé (1985, p. 40-41) em sua obra intitulada, *As instituições gregas*, a Guerra do Peloponeso tendeu a destruir o equilíbrio alcançado no século V. O período da Guerra, teria como consequências imediatas resultados desastrosos para a Ática no que se referia à devastação dos campos, diminuição das trocas comerciais, estancamento quase total da exploração das minas do Láureo, declínio da produção artesanal, principalmente no domínio da indústria da cerâmica, dentre outras. Nesse cenário de crise a democracia ateniense é repensada pelos intelectuais da época que continuavam féis aos seus princípios buscando na política a solução para a crise. Tal era o caso de Aristóteles.

É de suma importância para fazer uma análise coerente sobre a maneira como Aristóteles descreveu a sociedade ateniense, para a compreensão de como os autores contemporâneos se apropriam desses escritos para compor novos conceitos. A obra de Aristóteles como fonte histórica possibilita ampliar o conhecimento sobre o conceito de liberdade originário do período antigo, onde o autor desenvolveu o pensamento que determinava que os indivíduos políticos tinham que, dentre outras funções a serem realizadas manter a organização e manutenção da *polis*. A partir desse enfoque, se faz necessário, estabelecer os pontos de intercessão entre os escritos de Aristóteles e Hannah Arendt sobre o conceito de liberdade, de onde se busca conferir como a autora se apropria dessa fonte para compor seu pensamento no período contemporâneo.

Em *O que é Política?*, Hannah Arendt analisa que diante das questões políticas, Aristóteles assume a posição de homem de estudo, fazendo da política um objeto de erudição e não uma ocasião para agir. Para Aristóteles, a liberdade é destinada a uma camada de indivíduos que busquem resolver os problemas políticos da *polis*, portanto, é natural que existam seres humanos destinados à liberdade e outros à servidão. A crítica interpretativa de Arendt visa dizer que muitos líderes de Estado no Século XX, sobretudo Hitler na Alemanha, local de onde Hannah Arendt é oriunda, se utilizam desses discursos para fundamentar seus posicionamentos políticos e conseqüentemente impor regimes que oprimem uma camada da população como, por exemplo, os regimes do nazismo e do fascismo.

Percebe-se que Hannah Arendt por ser contemporânea a um regime totalitário, interpreta os escritos de Aristóteles de maneira a analisar como os discursos antigos podem ser utilizados para compor novas formas de governo que excluem as camadas consideradas “inferiores” ou “indesejáveis” da sociedade. Nesse sentido, a *Constituição de Atenas* chama a

atenção da autora por trazer os costumes e leis das civilizações antigas as quais Aristóteles fez menção ao longo do texto, e de onde Arendt destaca as possibilidades de, justificando a democracia, reforçar restrições de liberdade de fala e de participação política nas assembleias e nos conselhos, ao passo que também permite refletir sobre o que se entende por liberdade na contemporaneidade. Nesse caso, quando se analisa o estudo sobre as civilizações gregas percebe-se que o pensamento aristotélico também abre caminho para muitas indagações sobre a organização política das cidades-estados.

Em tempos diferentes do que é vivenciado por Arendt, na Grécia Antiga, os cidadãos, os escravos, os estrangeiros e os bárbaros, não estavam reunidos com o intuito de participar da mesma maneira das questões políticas referentes à *polis* e aos seus destinos. A política era um tema destinado ao público seletivo, ou seja, apenas aos cidadãos considerados livres. Os outros grupos ficavam à margem da política e, assim, à margem do que seria liberdade de fala e de participação ativa nas assembleias e nos conselhos. Poder-se entender que, por causa desta distinção entre cidadãos e não-cidadãos, não existiria liberdade de fato, ou ainda, que as diferenças entre eles poderiam ser diferenças de categorias sociais. Contudo, as questões referentes a liberdade de expressão e de participação política tal qual é imaginada a partir da modernidade não ocorriam da mesma maneira no mundo clássico. Assim, a concepção do que é liberdade, embora não muito distinta entre o período clássico e a modernidade, insidia, lá diferentemente de cá, sobre categorias distintas de pessoas.

Segundo Costa (2012) em *A política como liberdade em Hannah Arendt*, é a partir desta relação com a *polis*, que haveria a possibilidade da ação e do discurso surgirem, como fruto do princípio de isonomia. E este seria então, o espaço para liberdade de fala e de participação que se estabelece como a razão de ser da política. Compreende-se que um local não significa necessariamente que exista materialmente, mas ocorra a partir de uma relação conjunta, em um processo de construção. Desta forma, a política está como espaço não geográfico, mas como espaço para a ação e para o discurso entre iguais a partir do princípio da isonomia. Assim, liberdade e política não são separadas, pois estão associadas à capacidade de o homem agir. Ainda, segundo a autora, para os gregos clássicos os muros e as leis da *polis* eram apenas para manter a memória e a identidade de um povo. O que era de fato fundamental para a existência da *polis* não eram os muros, estes serviam apenas para prover o que era o mais importante: a convivência entre os homens, o espaço para a relação entre a ação e o discurso, isto é, o domínio público.

Segundo Hannah Arendt (2012, p.54), “o domínio público é o resultado da ação em conjunto, no compartilhamento de palavras e atos”. Este espaço entre a ação e o discurso é a base a concepção de política entre os antigos e a liberdade neste período era a existência deste espaço. Ou seja, política e liberdade no mundo grego, como interpreta a autora, não eram percebidas de maneira separada, na realidade, estas eram associadas à capacidade do agir humano. A ação e o discurso eram o que pautavam a política e, assim, a liberdade. São as pessoas reunidas, aqueles que constituem a *polis* grega, isto é, o local em si não era fundamental, mas sim a liberdade de interagirem. Para os gregos, Atenas era os atenienses. Assim, não importava onde, mas como esta relação acontecia.

Contudo Costa (2012, p. 07) aborda que as questões de categoria social tal qual se imagina a partir da modernidade não eram um problema do mundo clássico. Assim, a concepção do que é liberdade não é a mesma no mundo antigo e no mundo contemporâneo. Pois sem ação essencialmente e sem a possibilidade do discurso aberto e destituído de censura não é possível haver liberdade política, ao menos não como os gregos a exerciam. Para a autora:

A questão da liberdade política retorna com a modernidade. Durante o período compreendido entre a Grécia antiga e a modernidade, a liberdade ficou restrita à interioridade, ou mesmo, à religiosidade, por causa disto, o conceito de liberdade não estava mais atrelado à política, mas ao sujeito (interioridade), e também ao livre arbítrio (religiosidade). Estes dois pontos estão relacionados ao primeiro, isto é, à interioridade. A Idade Média sofreu grande influência da religião cristã e, desta forma, a noção de liberdade perdeu o seu sentido político tal qual entre os gregos, e passou a ser definidas às atividades pré-políticas. (COSTA, 2012, p.08)

Nesse sentido, para Costa (2012, p. 09-10), a modernidade teve início então com as Revoluções Americana e Francesa, e a concepção de liberdade política foi retomada, mas não da mesma forma que na Grécia antiga. A concepção de liberdade política foi reduzida à liberdade individual. O seu conceito moderno não é mais o mesmo do que entre os gregos. Também, a partir da modernidade, foi instaurada a polarização entre liberdade e igualdade, apesar destes dois pontos estarem juntos no ideário da Revolução Francesa, eles seguiram rumos distintos entre boa parte dos pensadores daquele período. E assim, liberdade e igualdade deixaram de ser relacionadas para se tornarem opostas.

Na *polis* grega, a liberdade não era possível sem a isonomia (princípio de igualdade). A isonomia, segundo Hannah Arendt, garantia a igualdade justamente porque os homens não são iguais, os homens são por natureza diferentes. A igualdade se dava não entre os homens,

mas na *polis*. Assim, segundo o autor Luciano Oliveira em sua obra *10 Lições sobre Hannah Arendt* (2014, p. 58), afirma que para Hannah Arendt: “A igualdade só existia neste campo especificamente político onde os homens se encontravam mutuamente como cidadãos e não como pessoas particulares”.

O cidadão o é na *polis*, fora dela, ou seja, fora do mundo político, não há igualdade entre os homens. Hannah Arendt afirma ainda que a liberdade e a igualdade não são próprias da natureza humana, são em verdade, artificiais, produzidas pelo homem.

## 2 Liberdade na democracia ateniense sob o olhar de Aristóteles

Para adentrar o universo ateniense é necessário atentar para o fato de Atenas ser uma cidade cosmopolita, ou seja, marcada pela presença de milhares de imigrantes temporários ou permanentes de outras cidades gregas, ou até mesmo de cidades não gregas; que trabalhavam em seu território, muitas vezes realizando o mesmo trabalho que os cidadãos gregos. Nesse caso, é necessário ressaltar que mesmo que os trabalhos fossem realizados por ambas as partes, os não-cidadãos não poderiam compartilhar de nenhum direito político dos cidadãos. No *mundo de Atenas* eram conhecidos como cidadãos ou populações livres, todos homens que tivessem pai e mãe nascidos em Atenas e que fossem inscritos aos dezoito anos de idade no registro do *demo hereditário* do pai. E existia ainda uma outra condição para se possuir a cidadania, que era gerada através do voto. Em relação aos não-cidadãos, os escravos e os estrangeiros eram excluídos da cidadania ateniense, e que estes não tinham nenhum direito público ou privado, segundo as leis. De forma resumida, pode-se dizer que só uma fração da população ateniense é que desfrutava do direito político na democracia.

A democracia nasceu quando um nobre grego chamado Sólon, decidiu propor em 504 a.C. um novo sistema de governo para Atenas. Nesse sistema de governo Sólon elaborou uma constituição que estipulava que todas as decisões referentes à vida dos atenienses deveriam ser tomadas com a participação do povo. Contudo é necessário ressaltar que o “povo” era constituído apenas pelos cidadãos atenienses, o que excluía a maior parte da população que era composta pelas mulheres, os escravos, os *tetes* e os estrangeiros. Quando entrou em vigor, a Constituição feita por Sólon possibilitou aos cidadãos atenienses o direito de eleger seus governantes e também que deliberarem, em praça pública, em um local chamado *Ágora*, sobre os principais assuntos que diziam respeito às assembleias. Ao longo das assembleias eram tomadas decisões e também eram eleitos como seus representantes aqueles que atingissem o

maior número de votos, já que, segundo o estagirita, todos os cidadãos eram considerados iguais pela constituição ateniense.

Para Aristóteles, o Estado ou *polis* é uma sociedade de pessoas semelhantes que devem conter o desejo de juntas levarem a melhor vida possível (alcançar a felicidade suprema). Sendo, a felicidade o maior bem a ser alcançado pelo exercício da virtude. Contudo, o autor diz ser possível que alguns indivíduos participem das decisões da *polis* com mais relevância, como é o caso dos cidadãos, ao passo que outra camada residente na *polis* tem menos direito de se manifestar nas reuniões e outros não obtém direito nenhum, como é o caso das mulheres, dos escravos e dos estrangeiros, uma vez que o autor defende que o Estado defende os seguintes critérios para a participação nas assembleias:

O Estado do regime apresenta a seguinte conformação. Participam da cidadania os nascidos de pai e mãe cidadãos, sendo inscritos entre os *démotas* aos dezoito anos. Quando da inscrição, os *démotas* votam sob juramento a seu respeito: primeiro, se eles aparentam ter a idade legal caso não aparentem, retomam novamente a condição de meninos. Segundo, se homem livre e de nascimento em conformidade com as leis e, caso o rejeitem por não se tratar de um homem livre, ele pode apelar para o tribunal, ao passo que os *démotas* encarregam da acusação cinco de seus membros: se for considerado que a inscrição é inválida, o Estado o vende, mas se ele ganhar, os *démotas* ficam obrigados a inscrevê-lo. Só depois o conselho procede ao exame dos inscritos, e, caso considere que algum dos inscritos tem menos de dezoito anos, multam os *démotas* que o inscreveram. (ARISTÓTELES, 1995, p.87)

Segundo esse trecho retirado da *Constituição de Atenas* todos os homens atenienses que o sejam pela parte materna e paterna, gozam dos direitos políticos, vigorando os mesmos desde os dezoito anos, momento em que se tornam cidadãos. Para isso, os funcionários encarregados da participação política dos homens atenienses na vida pública, emitem seus votos mediante juramento, fazendo constar primeiramente, se é certo que os candidatos têm a idade prescrita pela lei; em segundo lugar, se o candidato é livre de nascimento e pelos pais, tal como a lei também prescreve. Então, se não o declaram livre, apela para o tribunal de juristas, sendo que os representantes do povo indicam cinco entre eles para servirem como acusadores; se perde, não tem direito algum a ser declarado cidadão e é vendido como escravo, mas, se vence, fica gozando de todos os direitos entre os cidadãos, sem que se lhe possa opor impedimento algum.

Depois disso o Conselho comprova se o candidato reúne as condições requeridas e, se chega à conclusão de que algum ainda não tem dezoito anos, multa os que o admitiram. Quando os jovens ou efebos são admitidos, seus pais reúnem a sua tribo, nomeando, mediante juramento, três dos pertencentes a ela, que tenham mais de quarenta anos de idade, os quais, a

seu ver, são os mais indicados para se encarregarem da educação da juventude, escolhendo então a assembleia, entre estes, um por tribo, como guardião, juntamente com um diretor, selecionando entre o corpo geral ateniense que os dirige a todos. No entanto, mesmo sendo considerado cidadão ateniense, para obter direito de fala na *Ekklesia* (assembleia); exercer algum cargo no *Boulé* (Conselho dos 500) ou determinados cargos públicos era exigido aos concorrentes, que mesmo sendo escolhidos por meio de votação, fossem cidadãos atenienses do sexo masculino com 30 anos de idade ou mais, pertencentes a linhagem das doze tribos. Essas divisões artificiais do corpo de cidadãos atenienses eram concebidas para garantir que os cidadãos fossem de todos os distritos da Ática e fossem igualmente representados. Ou seja, existia uma série de normas e restrições que ocasionalmente deixava de fora uma vasta gama da população que compunha a *polis*. Nesse caso, podemos perceber que a liberdade de participação nas assembleias era restrita apenas a uma parcela da população.

Para Aristóteles as camadas destinadas à obediência (mulheres, escravos, crianças) não deveriam ter direito a fala e nem a participação política nas assembleias. No que diz respeito aos estrangeiros (aos *metecos* e aos *tetes*) o autor afirmava que estes, igualmente às mulheres, aos escravos e às crianças, também não deveriam ter direito a participar da *Ekklesia* por não serem considerados qualificados o suficiente, ou serem incapazes de opinar. Além disso, no tocante aos camponeses, comerciantes e artesãos, o autor coloca que estas camadas sociais não poderiam participar das assembleias por se tratar de indivíduos que estavam destinados ao trabalho, e por isso, não teriam tempo para se dedicar ao exercício da política, uma vez que estes estariam destinados a contribuir com a *polis* através de seu trabalho e apenas dessa forma deveriam contribuir para o desenvolvimento da cidade.

No que se refere ao preenchimento de cargos públicos, percebe-se que as eleições para as várias funções instituídas por Sólon, eram realizadas por sorteio entre os candidatos selecionados por cada uma das tribos. Cada tribo elegia dez candidatos para os nove Arcontes, efetuando-se o sorteio entre eles. Daí prevalecer o costume de em cada tribo se eleger dez candidatos por sorteio, isso demonstra que Sólon regulamentou as eleições para os cargos, segundo a categoria de proprietários, e os interesses da *polis*, representada pelos cidadãos operantes. No que concernia a participação ativa no conselho, é necessário atentar que só uma parte da sociedade ateniense reunia direitos políticos de participar do conselho e das assembleias, bem como reunia condições de tempo e recursos para preencher os enormes requisitos exigidos. Fazer parte do exército, exercer determinados cargos públicos e garantir a

suposta *eudaimonia* na *polis* era uma condição a que poucos tinham acesso. Ao longo da *Constituição de Atenas*, Aristóteles explicava quais os critérios necessários para se obter direitos políticos de participação ativa no conselho para assim garantir seu lugar nessa sociedade. Dessa forma, a liberdade de participação no conselho não era acessível a todos os cidadãos e a liberdade de exercer esses direitos era garantida apenas a uma parte da população, sobretudo as classes mais abastadas, que detinham o poder em círculos que, com o passar tempo não mudavam de mãos.

No que se refere as demais camadas de cidadãos, estes por sua vez, “tinham garantido” o seu direito de fala nas assembleias. No entanto, a liberdade de fala não acontecia de forma natural, uma vez que para ter liberdade de fala nas assembleias o indivíduo deveria seguir alguns critérios como já citado anteriormente, que seriam: comprovar ser cidadão ateniense, obter conhecimento sobre o assunto em questão, e obter a autorização para proferir o dom da palavra. A liberdade de oratória, participação nas assembleias, no conselho, no areópago e em diversos setores públicos da *polis* era uma liberdade segregacionista, que abarcava de forma reduzida uma minoria de residentes da *polis* — sobretudo a aristocracia ateniense — que por sua vez, era a detentora dos poderes políticos.

### **3 O “Aristóteles” presente em Hannah Arendt: reflexões em torno do conceito de Liberdade**

A crítica que Arendt efetua da questão dos direitos do homem diz respeito à sua abstração, que se tornaria manifesta no momento em que não tivessem mais apoio na cidadania. Os direitos do homem, afinal, haviam sido definidos como inalienáveis porque se supunha serem independentes de todos os governos, mas sucedia que, no momento em que seres humanos deixavam de ter um governo próprio, não restava nenhuma autoridade para protegê-los e nenhuma instituição disposta a garanti-los. Para a autora a emergência do totalitarismo, com seus requintes de crueldade em relação aos seres humanos destituídos de proteção estatal, só veio a ser possível, porque foi precedida por um processo, no Entre Guerras, que ela denominou destituição do humano. Esse processo se deu por etapas: primeiro, a destruição jurídica e moral dos indesejáveis, para chegar então à sua destruição psicológica e física.

Não é por acaso que os nazistas iniciaram a perseguição aos judeus e outras minorias dentro da Alemanha, privando-os da cidadania. A desnacionalização havia-se tornado

poderosa arma da política totalitária. A “solução final” de Hitler, aponta Arendt, seria uma eloquente demonstração de como liquidar os problemas relativos às minorias e aos apátridas. A maneira como Arendt expressa suas reflexões em torno da concepção de liberdade, é o sentido da política, e que faz com que ela manifeste críticas ao modelo de liberdade exercido na *polis* grega, sobretudo no que se refere ao pensamento de Aristóteles na *Constituição de Atenas*.

A primeira delas segundo Arendt (2012, p. 21-43) é a compreensão de que a política se dá entre os homens, sendo deste modo, produto e produtora de diversas inter-relações entre humanos. Para a autora, não há nenhuma substância política original. Ela se apresenta como relação do homem para com os outros, iguais ou não, e do homem com o seu espaço. A segunda ideia destacada do texto, diz respeito à consideração quanto à relação dos preconceitos e dos juízos na política. A autora parte da existência dos preconceitos como sinal de algo já político, isto é, para ela os preconceitos indicam a presença entre nós de algo político, embora, confundem aquilo que seria o fim da política com a política em si. No entanto, é na condição do juízo que a autora vislumbra a política propriamente dita, pois, são eles que nos auxiliam no esclarecimento e dispersão dos preconceitos e o pensamento político baseia-se, em essência, na capacidade de formação de opinião. É por meio dos juízos que se possibilita a manifestação da coisa política como reflexão dos próprios atos humanos. Um terceiro ponto destacado na obra de Arendt (2012, p. 44-134) diz respeito ao sentido que possa possuir a política. Esse sentido para Hannah Arendt, como já falado anteriormente, é a liberdade. A liberdade é o espaço próprio onde se pode esperar a realização de milagres, pois os homens enquanto puderem agir, estão em condições de fazer o improvável e o incalculável e, saibam eles ou não, estão sempre fazendo. Então, a liberdade é a condição de ameaça e de salvação do homem. No primeiro caso, devido à ameaça de destruição que o espaço moderno da política consolidou; de salvação porque é neste mesmo espaço que se vislumbra a possibilidade de não se pôr a termo os propósitos e se tentar estabelecer uma superação, também política, dos conflitos, pois, “a tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo.” (2012, p. 48)

É também no espaço de liberdade que se dá a condição de igualdade, pois é o espaço político comum a todos nós. Para a autora, só através da liberdade de falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados. A liberdade não se confunde com a política, mas é o seu pressuposto, sendo esta última um meio e a

primeira um objetivo. Deste modo, a pergunta sobre o sentido da política nos dias de hoje diz respeito à conveniência ou inconveniência dos meios públicos da força, do exercício político do Estado, isto é, a força que devia proteger o homem hoje o ameaça de extermínio.

A maneira como Hannah Arendt recebe os textos, fonte que contém os conceitos de Aristóteles sobre política (*politikon*) e liberdade na democracia ateniense, aproxima-se e distancia-se de seus interesses e depende de como ela se apropria deles para promover sua crítica. A importância desse conceito advindo do mundo antigo foi retomada por Hannah Arendt com o intuito de defender a dignidade da política, este retorno a esta dignidade é justamente devido ao papel da liberdade em relação à política, como espaço entre os homens. Para Arendt (2012), a política é o local do espaço entre o discurso e a ação. A liberdade para a autora não se refere à interioridade, desta forma, é na coletividade que a liberdade se constitui, ou seja, na sua prática e, assim, é no espaço da política que realmente somos e nos apresentamos.

O autor Kurt Sontheimer abre o prefácio da obra *O que é Política?* fazendo uma síntese do pensamento da autora onde ele relata que os fragmentos retirados para compor o livro *O que é Política?* se fazem a partir de escritos póstumos de Hannah Arendt. Estes foram impressos pela primeira vez na obra, em princípio eles não mudam o pensamento de Arendt mas representam uma elucidação e um maior aprofundamento no que diz respeito a discussão de algumas posições fundamentais da filosofia política da autora. Segundo ele:

A compreensão da política para qual Hannah Arendt quer abrir nossos olhos e por ela vinculada com as ideias da liberdade e da espontaneidade humanas, para a qual deve haver um espaço para o desenvolvimento, quer dizer, um espaço para a política, está muito acima da compreensão usual e mais burocrática da coisa política, que realça apenas a organização e a garantia da vida dos homens. Sua ideia do político nasceu, é verdade, da lembrança da antiga *polis* grega, mas que, não obstante sempre pode ser realizada de novo. (SONTHEIMER, 2012, p.9)

Para Arendt: “A política baseia-se na pluralidade dos homens” e mais adiante ela acrescenta: “A política trata da convivência entre os diferentes”. Nesse sentido, se a pluralidade implica na existência de diferença entre os indivíduos, a igualdade a ser alcançada através desse exercício de interesses, em sua maioria conflitantes, é a liberdade e não a justiça quem deve ter maior destaque, pois é a liberdade (ou a falta de liberdade) que distingue o convívio dos homens na *polis* de todas as outras formas de convívio humano que eram bem conhecidos dos gregos. Em relação a esse pensamento, há um distanciamento entre a maneira como Arendt pensa a participação direta das diversas camadas sociais em torno da esfera

política, da maneira como Aristóteles na *Constituição de Atenas* tenta legitimar a participação apenas de uma camada social, os cidadãos, buscando naturalizar essas diferenças para justificar as desigualdades sociais, sobretudo quanto a participação de diferentes camadas sociais nas esferas públicas como conselho e assembleia. Nota-se aqui que a autora critica esse pensamento quando coloca que:

A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. Ela possibilita ao indivíduo buscar seus objetivos, em paz e tranquilidade, ou seja, sem ser molestado pela política—sendo antes de mais nada indiferente em quais esferas da vida se situam esses objetivos garantidos pela política, quer se trate, no sentido da Antiguidade, de possibilitar a poucos a ocupação com a filosofia, quer se trate, no sentido moderno, de assegurar a muitos a vida, o ganha-pão e um mínimo de felicidade. (ARENDRT, 2012, p.45-46)

Para Hannah Arendt a política é uma necessidade para a vida humana, pois o homem ao conviver em um ambiente onde ele divide espaço com outros indivíduos em sociedade, necessita da política justamente para garantir que esse convívio seja efetuado de maneira possível, assegurando-lhe benefícios que são trazidos quer pelos ideais antigos ou no sentido moderno. No entanto, Arendt (2012, p. 46) faz uma crítica a esse pensamento quando diz que para Aristóteles a palavra *Politikon* era de fato um adjetivo para a organização da *polis* e não uma significação para o convívio humano, pois a autora afirmava que a política era inerente ao ser humano, ou seja, em toda forma de agrupamento humano existiam relações políticas. E com isso, Arendt questiona as marcas de exclusão e de segregação que constituíam o pensamento aristotélico; assim como seu esforço em destacar na *Constituição de Atenas* sobre como deveria ser mantida a organização social em vez do convívio entre as diferentes camadas sociais, enfatizando as estratégias de controle e manipulação existentes sobre as áreas públicas como por exemplo o conselho e a assembleia, onde apenas uma pequena parcela da população (os cidadãos) tinha direito à participação, fala e voto por levantar de mãos.

Portanto, para a Arendt a política na concepção de Aristóteles não era algo natural, não se encontrando em toda parte onde os homens convivem. Ela afirmará no fragmento a seguir que para Aristóteles a política era vista sob a ótica dos gregos considerando somente o contexto experienciado pela Grécia:

Aristóteles para quem a palavra *politikon* era de fato um adjetivo para a organização da polis e não uma designação qualquer para o convívio humano, não achava de maneira nenhuma, que todos os homens fossem políticos ou que a política, ou seja, uma *polis*, houvesse em toda parte onde viviam homens. De sua definição estavam excluídos não apenas escravos, mas também os bárbaros asiáticos, reinos de governo despótico, cuja qualidade humana não duvidava, de maneira alguma. Ele julgava ser apenas uma característica do homem o fato de poder viver numa *polis* e que essa organização da *polis* representava a forma mais elevada do convívio humano; por conseguinte, é humana num sentido específico, tão distante do divino que pode existir apenas para si em plena liberdade e independência, e do animal cujo estar junto, onde existe, é uma forma da vida em sua necessidade. Portanto, a política na acepção de Aristóteles—e Aristóteles não reproduz aqui, como em muitos outros pontos de seus escritos políticos, sua opinião sobre a coisa, mas sim a opinião compartilhada por todos os gregos da época, embora em geral não articulada—não é, de maneira nenhuma, algo tão natural quanto se encontra, de modo algum, em toda parte onde os homens convivem. Ela existiu, segundo a opinião dos gregos, apenas na Grécia e mesmo ali num espaço (*Sic*) de tempo relativamente curto. (ARENDRT, 2012, p. 46-47)

Após criticar a concepção de Aristóteles sobre a liberdade de participação de diferentes camadas sociais no âmbito político da *pólis* ateniense, Arendt prossegue seu escrito afirmando que o que distingue o convívio dos homens na *polis* grega de todas as outras formas de convívio humano é a liberdade. Contudo, a liberdade para a autora não significa entender a coisa política como um meio para possibilitar ao homem a liberdade, ou seja, uma vida livre, pois, segundo a autora, ter direitos políticos numa *polis* e ser livre já significavam a mesma coisa, sendo considerado sob o ponto de vista dos gregos, que só os cidadãos livres tinham direito de participar dos atos políticos da *polis*.

A coisa política entendida nesse sentido grego, está, portanto, centrada em torno da liberdade, sendo liberdade entendida negativamente como o não-ser-dominado e não-dominar, e positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais. Sem esses outros que são meus iguais não existe liberdade alguma e por isso aquele que domina os outros e, por conseguinte é diferente dos outros em princípio, é mais feliz e digno de inveja do aquele que não domina coisa alguma (ARENDRT, 2012, p. 48-49)

Saindo da discussão dos antigos e pensando na política sob o ponto de vista contemporâneo, Arendt no texto “Os Preconceitos” que é o segundo fragmento do livro, trata sobre os preconceitos contra a ‘coisa política’ que ela afirma serem comuns a todos nós uma vez que não nos consideramos políticos profissionais. No entanto, a autora afirma que não é possível ignorá-los porquanto estão presentes em nossa vida e refletem realidades incontestáveis sobre a situação existente em nossos espaços de convivências. O preconceito, segundo Arendt (2012, p.30), desempenha um papel na coisa social pura; na verdade, não existe nenhuma estrutura social que não se baseie mais ou menos em preconceitos, onde

alguns indivíduos ganham destaque sendo considerados “permitidos” e outros são excluídos. Segundo Hannah Arendt, os preconceitos que informam nos dias de hoje a visão da política estão em grande medida vinculados à esperança e ao medo. O medo de que a humanidade se destrua por meio da política e dos meios de força que tem hoje à sua disposição; e a esperança, ligada a esse medo, de que humanidade recobre a razão e livre o mundo não de si própria, mas da política.

Por trás dos preconceitos contra a política estão hoje em dia, ou seja, desde a invenção da bomba atômica, o medo de a Humanidade poder varrer-se da face da Terra por meio da política e dos meios de violência colocados à sua disposição, e – estreitamente ligada e esse medo – a esperança de a Humanidade ter juízo e, em vez de eliminar-se a si mesma, eliminar a política – através de um governo mundial que transforme o Estado em uma máquina administrativa, liquide de maneira burocrática os conflitos políticos e substitua os exércitos por tropas de polícia. Na verdade, essa esperança é totalmente utópica quando se entende a política em geral como uma relação entre dominadores e dominados (ARENDDT, 2012, p. 26)

Nesse sentido, fica claro que a autora demonstra suas angústias vividas no pós Segunda Guerra Mundial no Século XX, suas preocupações com os interesses que estão subentendidos entre os o preconceito que gira em torno da coisa política. Considera que o caráter que a política adquiriu de uma relação entre dominantes e dominados, não estaria abolindo a política, mas apenas criando uma forma de dominação despótica ampliada ao extremo, que impossibilitaria qualquer rebelião ou forma de controle dos dominadores pelos dominados.

Hannah Arendt ainda em seu livro questiona: *Tem a política ainda algum sentido?*

Para essa pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia dizer que todas as outras estão dispensadas. A resposta é: o sentido da política é a liberdade. O notável nessa resposta é que ela é evidente e convence, embora esteja em contradição com as definições que as ciências políticas dos tempos modernos oferecem para a coisa política, e não é congruente com a as diversas teorias que filósofos desde Platão costumavam dar à pergunta. Pois essas definições como aquelas teorias partiam do pressuposto de que a política é uma necessidade impreterível para a vida dos homens; ela trata do sustento da existência da sociedade e da segurança do indivíduo. Se tiver alguma coisa a ver com a liberdade, seria apenas no sentido de a liberdade ser seu objetivo, quer dizer, algo situado fora dela mesma e para o qual ela é apenas um meio. Porém, o sentido de uma coisa, ao contrário de seu objetivo, está contido nela mesma. Se a liberdade é o objetivo da política, então não pode ser seu sentido. Então a atividade começa ali onde cessou a atividade-política — exatamente como a existência de algum objeto qualquer produzido começa no momento em que o produtor colocou a mão pela última vez nele. Mas, a frase: o sentido da política é a liberdade, significa uma coisa bem diferente, ou seja, que a liberdade bem como o ser-livre, estão contidos na coisa política e em suas atividades. (ARENDDT, 2012, p.201)

Desse modo Arendt demonstra que o sentido da política é a liberdade e passa a repensar a forma como a política se configura desde os gregos que legaram ao mundo a concepção de democracia até a contemporaneidade. Uma vez que para ela, a história do século XX, assim como também sua camada de guerras e revoluções, tem nos mostrado que a história é marcada por símbolos de força e poder, tornando o convívio com a liberdade mais uma utopia do que uma conquista real e construtiva. Segundo a autora a falta de sentido da política coloca a esperar que a solução venha através do milagre. No entanto, é necessário perceber que para a autora o milagre não está ligado ao sentido mítico, religioso ou *pseudo* religioso, mas sim a cada novo começar de um processo humano espontâneo. No dizer da autora: sempre quando algo novo acontece é que, de certa forma, aprimora-se o desenvolvimento humano e é configurado um milagre. Para Arendt se o sentido da política, como dito antes, é a liberdade, isso significa que é nesse espaço, e nenhum outro que se operar o fenômeno ou até mesmo o milagre e isso não se dá pela falta da crença em milagres, mas sim por que os homens enquanto puderem agir estão em condições de fazerem o incalculável e o improvável e mesmo que estes não tenham a compreensão de fato do que isso significa, é o que eles sempre estão fazendo. Segundo Arendt a política nesse sentido aparece raras vezes na história e por esse motivo esses aparecimentos e reaparecimentos são considerados importantes, uma vez que são considerados decisivos porque neles se manifesta o completo sentido da política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento político de Arendt é independente e original e leva a entender a singularidade de seu olhar. Ao analisar a obra *O que é Política?*, percebe-se que a autora não faz exaltação à democracia ateniense, mas busca refletir sobre como a participação nas assembleias (seja no sentido de obter direito de fala ou no sentido de pertencer a *Ekklesia*) era excludente, uma vez que era vedado à significativa parcela da população ateniense, sendo privilegiados os mais abastados que possuísem o título de cidadão. A autora relata que ao lidar com a *polis* grega e com concepção de liberdade na *Constituição de Atenas* de Aristóteles buscou o sentido da política. Quer, com isso, chamar atenção sobre discursos falaciosos assumidos por muitas democracias contemporâneas. Fala-se muito em liberdade,

igualdade e fraternidade e progresso das civilizações, mas a autora lembra que, desde a Antiguidade Clássica, os homens não conseguiram eliminar as marcas de exclusão e um olhar depreciativo sobre o outro, presentes nos países democráticos contemporâneos, especialmente na Alemanha em sua relação com os judeus. Tais aspectos são, em grande medida, produtores de violência física e simbólica.

Em relação ao estudo de Aristóteles, é na condição de fonte histórica que integra o pensamento de Arendt em torno da concepção de liberdade, considera-se que a contribuição do autor permitiu a ela obter um conhecimento mais amplo sobre o conceito de política e sua relação com o princípio da liberdade, pensado num contexto de crise político-institucional, período esse em que desenvolveu um pensamento no qual se determinava que os indivíduos políticos deveriam, dentre outras funções a serem realizadas, manter a organização e manutenção da *polis* – princípio de necessidade.

Pode-se concluir que até mesmo para os considerados cidadãos atenienses o direito de *isonomia* e *isegoria* só era garantido por meio de um processo de investigação e votação que lhes garantisse sua participação política na esfera pública durante um certo período e valendo-se de um mesmo tempo de fala sem ser interrompido. Só os aristocratas atenienses conseguiam adentrar a esfera política e se manter no e do poder ao longo do tempo. Os escritos de Hannah Arendt sobre a concepção de liberdade aristotélica, em grande medida são recebidos e apropriados para satisfazer a condição de aprofundamento conceitual em seu pensamento. Compreender o Mundo Antigo relacionando-o com o Mundo Contemporâneo significa reconstruir um caminho de onde se pode revisitar a história com a reflexão sobre o papel de difundir o que foi vivido. Esse percurso é parte do ofício de historiadores, filósofos e demais militantes das humanidades que procuram consubstanciar contribuições ao pensamento sobre a democracia diante dos flagrantes problemas que essa modalidade de governo dos povos vem enfrentando nessas primeiras décadas do século XXI.

## REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 10ª ed. 2012.

ARISTÓTELES. **A Constituição de Atenas.** Trad. Francisco Murari Pires. Ed. Bilíngue, São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_. **Política**. 5ª Ed. Trad. Pedro Constatin Tolens. v. 61. São Paulo: Martin Claret, 2010.

COSTA, Patrícia de Araújo. A Política como liberdade em Hannah Arendt. **Trabalho apresentado como requisito para Iniciação Científica-PIBIC** a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC. Rio de Janeiro, 2012.

**MOSSÉ**, Claude. *As Instituições Gregas*. Lisboa: Ed. 70, 1985.

OLIVEIRA, Luciano. **10 Lições sobre Hannah Arendt**. Petrópolis, RJ: Vozes. 4ª ed. 2014.

SILVA, Mauro Sergio Santos da. *Hannah Arendt e a noção de liberdade como sentido da política no mundo contemporâneo*. **Dissertação de mestrado** apresentada a Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2015. 120p

**Artigo recebido em: 5 de maio de 2016**

**Artigo aceito em: 16 de outubro de 2017**